

**DIRETORES**  
 Antônio Carlos Coutinho Nogueira  
 José Bonifácio Custódio Nogueira Filho

**CONSELHO EDITORIAL**  
 Antônio Carlos Coutinho Nogueira,  
 Ciro Porto, Ivan Salfrin,  
 José Bonifácio Custódio Nogueira Filho,  
 Liara John, Paulo Nogueira Neto, Rogério Sabiani,  
 Sérgio Scheff, Suzane Machado Pádua

**DIRETOR EDITORIAL**  
 Ciro Porto

**EDITORES EXECUTIVOS**  
 Liara John  
 Valterius Silvestri

**EDITORES**  
 Liáz Figueiredo  
 Marisa Ribeiro

**DIREÇÃO DE ARTE**  
 Mathias Jeremias Fortunato

**ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA**  
 Mathias Jeremias Fortunato  
 Renato Marfisi

**FOTOGRAFIA**  
 André Pessoa, Carlos Alberto Costêno,  
 Claudenir Pecorel, Germano Winkel,  
 Haroldo Pato Jr., João Prudente, Luiz Claudio Marigo,  
 Maurício de Pádua, Radimir Narciso Cipriani,  
 Silvestre Silva

**COLABORADORES DESTA EDIÇÃO**  
 Fernando Ribasuto, Haroldo Castro,  
 Henrique Picorelli, João Borges, Jane Taboga,  
 Mário Aurélio Melo,  
 Márcia Heredia, Mônica Corajá

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
 Ciro Porto (Mtb 20.414)

**ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE**

**DIRETOR**  
 Antônio Wellington do Costa Lúcio

**GESTÃO COMERCIAL E CIRCULAÇÃO**  
 Regiane Elias Bogin

**DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO NO BRASIL**  
 Fernando Chianaglia

**IMPRESSÃO** - Globo Colômbia

**PARA ANUNCIAR**

**Gerência Comercial (19) 3776.6335**

**Bahia:** (71) 3243.3967 / 9134.9147  
**Brasília:** (61) 3321.9100 / 9655.1664  
**Complexo e exterior SP:**  
 (11) 3776.6683 / 9655.4573  
**Mato Grosso/ Mato G. do Sul e Goiás:**  
 65-9235-7446 / 167-96023429  
**São Paulo:** (11) 3776.6335 / 91578933  
 E-mail: regiane@terradagente.com.br

**ENTRA**

Carlos Alberto Costêno  
 Diretor de Arte e Produção  
 regiane@terradagente.com.br

A revista Terra da Gente é  
 uma publicação mensal da  
 Terra da Gente Produção e  
 Comunicação Ltda, uma empresa  
 do Grupo EPTV

**ANER**



## DEDO DE PROSA

LIANA JOHN

### Podemos prescindir das ONGs?

**V**olta e meia, entre os discursos de parlamentares, levantam-se vozes questionando as organizações não-governamentais (ONGs) e propondo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigá-las. Aliás, uma não, mais uma, pois no Senado Federal já se conduziu uma CPI das ONGs relacionadas às questões ambientais e indígenas da Amazônia durante 2 anos, de fevereiro de 2001 a dezembro de 2002. E, em 28 de novembro de 2006, criou-se mais uma CPI das ONGs, cujos trabalhos foram 'atropelados' por outras pautas (e viagens) de fim de ano. Ficou a promessa de reinstalar essa CPI na nova legislatura, agora em março, passado o Carnaval...

O relatório final da CPI concluída — a de 2002 — indica que a maioria das ONGs investigadas eram 'do bem', embora algumas não estivessem em dia com a burocracia e, na opinião dos senadores, faltassem medidas de controle sobre tais instituições, sobretudo as 'estrangeiras', como são taxadas ONGs com origem em outros países: Greenpeace, WWF, Conservação Internacional, The Nature Conservancy, etc.

O que mais incomodava (e ainda incomoda) os parlamentares era o fato de os ambientalistas receberem dinheiro público ou do exterior mas não estarem sujeitos à mesma prestação de contas de órgãos governamentais. Em nome dessa preocupação (muito pertinente) os congressistas se dão o direito (impertinente) de generalizar e tratar como bandidos todos os envolvidos com ONGs, confundindo instituições sérias com entidades de fachada feitas para arrecadar dinheiro de campanha ou envolvidas em escândalos

políticos.

Seria demais esperar que, agora, caminhassem adiante e não seguissem marchando no mesmo lugar? Ou que pelo menos mudassem as perguntas?

Mas, não, continua a mesma confusão, embora os recursos públicos tenham encolhido significativamente entre as ONGs ambientais e muitas delas tenham profissionalizado sua gestão, por conta de um maior número de parcerias com a iniciativa privada. E embora as 'estrangeiras' já tenham provado que, apesar de pertencerem a redes internacionais, aqui no Brasil são constituídas por brasileiros, executam projetos desenhados por brasileiros, submetidos a múltiplos controles, em alguns casos até com auditorias independentes.

Talvez faltem sugestões aos parlamentares de novas perguntas, para que deixem de bater na mesma tecla. Podemos colaborar com algumas idéias. Por exemplo, como podemos medir a eficiência das ONGs? Porque elas obtêm melhores resultados com menos dinheiro e menos funcionários do que o governo? Como elas conseguem aplicar recursos na atividade fim ao invés de se perder na atividade meio? Porque ocorreu essa 'terceirização' das funções de governo? As ONGs ambientais não preenchem o vácuo da falta de agilidade dos órgãos governamentais, que sofrem de excesso de reuniões, excesso de regras e falta de recursos? A conservação ambiental no Brasil pode prescindir das ONGs?